



FNE DEFINE PRIORIDADES PARA O FUTURO

# MELHORAR SALÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

**EDITORIAL****P.3** MELHORAR OS SALÁRIOS E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO**AÇÃO SINDICAL****P.4** MEDIDAS DO GOVERNO SOBRE RECRUTAMENTO DE DOCENTES COM CRÍTICAS DA FNE**P.5** ANTÓNIO FIDALGO É O NOVO PRESIDENTE DO SDPA**P.6, P.7** LUSO RECEBEU SN E CG PARA BALANÇO DE FIM DE ANO LETIVO**P.8 À P.11** EXCESSO DE TRABALHO E CARGA BUROCRÁTICA SÃO O MAIOR PESADELO DOS PROFESSORES**P.12 À P.14** FNE DESAFIA ME A MELHORAR SALÁRIOS, CARREIRAS E CONDIÇÕES DE TRABALHO**P.15** CARTAZ EDUSUMMIT 2022**P.16** EDUSUMMIT 2022 DEBATE A EDUCAÇÃO NA ERA DIGITAL**ENTREVISTA****P.17 À P.21** CONCEIÇÃO ALVES PINTO: «O ISET ERA FORMAÇÃO, A FNE NEGOCIAÇÃO»**NA MINHA OPINIÃO****P.22** (RE)VALORIZAR A DOCÊNCIA, POR UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE**NÃO DOCENTES****P.23** «UM SONHO TORNADO PESADELO»**INTERNACIONAL****P.24 À P.26** CONFERÊNCIA ESPECIAL DO CSEE, EM LIÉGE: VALORIZAR A EDUCAÇÃO E A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**SAÚDE****P.27** FNE E MGEN EM REUNIÃO PARA REFORÇO DE PARCERIA**LEGISLAÇÃO****P.28 À P.30** DIPLOMAS PUBLICADOS EM DR DE 26 DE JUNHO A 25 DE JULHO DE 2022**+VANTAGENS FNE****P.31** HÁ +VANTAGENS EM SER ASSOCIADO(A) DOS SINDICATOS DA FNE**FICHA TÉCNICA**

julho 2022

**proprietário**

Federação Nacional da Educação

**diretor**

João Dias da Silva

**produção de conteúdos**

Joaquim Santos e Tiago Soares

**secretariado**

Teresa Morais

**sindicatos membros**

Sindicato dos Professores da Zona Norte \*

Sindicato dos Professores da Zona Centro \*

Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo \*

Sindicato Democrático dos Professores do Sul \*

Sindicato Democrático dos Professores dos Açores \*

Sindicato Democrático dos Professores da Madeira \*

Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas \*

Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de

Educação da Zona Norte \* Sindicato dos Técnicos Superiores,

Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro \*

Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de

Educação do Sul e Regiões Autónomas

**tesoureiro**

Joaquim Fernandes

**redação**

Rua Pereira Reis, 399 \* 4200-448 Porto \*

tel. 225 073 880 \*

secretariado@fne.pt

**produção gráfica e paginação**

Rafael Marques e Tiago Soares



# MELHORAR OS SALÁRIOS E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Terminamos este ano de 2021/2022 sem que o Governo tenha resolvido os problemas mais conhecidos de que enferma o sistema educativo, e, o que é ainda mais dramático, sem que nada tenha sido feito para que esses problemas não se repitam no ano que está para começar.

É imprescindível passar desta inação para a determinação, em sede de diálogo e concertação, de medidas que se orientem no sentido de melhorar os salários e as condições de trabalho no setor da Educação. É preciso acabar com os índices de precariedade que continuam a marcar a vida profissional de muitos.

Finalizamos o ano com a consciência de que as pessoas se queixam hoje generalizadamente da intensidade excessiva do trabalho que lhes é imposto por uma Administração que se recusa a respeitar os limites do tempo de trabalho e a eliminar os procedimentos administrativos e burocráticos tantas vezes inúteis que preenchem todo o tempo, sem que haja condições para se conciliar a atividade profissional com o tempo de vida pessoal e familiar.

Estes são alguns dos resultados que podemos ler na consulta nacional que foi promovida pela FNE no início deste mês de julho e que contou com 2668 respondentes, o que representa uma muito larga margem de representatividade e que constitui desta forma um espelho do que pensam os docentes portugueses.

Vamos para um novo ano letivo, em que seremos assu- midamente combativos para que se possam definir novos horizontes para os profissionais da Educação. Para que se respeitem os limites do tempo de trabalho, para que os salários sejam compatíveis com as exigências a que hoje a escola responde, para que se acabe com as precariedades que se acentuam de ano para ano.

É preciso que se volte a respeitar o primado do trabalho pedagógico que se desenvolve nas escolas, porque é esse o serviço que essencialmente aí se tem de concretizar. É imprescindível que os educadores e professores possam desenvolver o seu trabalho específico, com o apoio dos trabalhadores que forem indispensáveis para que as escolas funcionem e para que os alunos disponham dos mecanismos de apoio complementar à ação pedagógica que forem essenciais.

Estamos confrontados com exigências essenciais que têm sido ignoradas ao longo dos anos e que por isso têm tido um efeito extremamente negativo no bem-estar que é incontornável que seja respeitado para que as pessoas se sintam reconhecidas e valorizadas.

Não se pode continuar a ignorar a insatisfação e o cansaço que de uma forma tão dolorosa caracterizam tantos milhares dos que trabalham em Educação no nosso país. Pela parte da FNE, tudo se fará para que se produzam as mudanças que são necessárias.



*João Dias da Silva*

João Dias da Silva  
Secretário-Geral da FNE

# MEDIDAS DO GOVERNO SOBRE RECRUTAMENTO DE DOCENTES COM CRÍTICAS DA FNE

A FNE deixou, através de um comunicado, críticas às medidas que o Governo adotou em Conselho de Ministros, considerando-as "insuficientes e ineficazes por não assegurarem que se atinja o objetivo de se garantir que, no próximo ano letivo, não existam alunos sem professor, para além de promoverem injustiças entre docentes".

O descontentamento da FNE surgiu na sequência da divulgação do decreto-lei aprovado em Conselho de Ministros, com medidas excecionais e temporárias para a satisfação de necessidades de recrutamento de docentes para o ano escolar 2022/2023, que segundo a FNE "não contribui em nada, ao contrário do que o Governo defende, para a estabilidade dos recursos humanos no que se refere aos docentes, bem como para permitir a continuidade pedagógica dos processos de ensino/aprendizagem".

Para a FNE, com estas medidas, o Governo "apenas mascara a sua incapacidade para resolver um

problema conhecido e que já precisava de estar resolvido. Há muito que tanto a FNE como outras entidades, têm vindo a denunciar a ausência das políticas de valorização e atratividade da carreira docente e até dos próprios horários em curso".

O próximo ano letivo vai começar repetindo os problemas, insuficiências e fragilidades com que se iniciaram os anos anteriores porque o Ministério da Educação e o Governo em geral, não foram capazes de a tempo e horas e em diálogo e concertação, definir novas políticas de resposta a estes problemas.

A FNE garantiu que vai continuar a acompanhar as condições de abertura do próximo ano letivo, denunciando as insuficiências que se verificarem, mas manifestando-se disponível para a todo o tempo contribuir para a resolução deste e de outros problemas do sistema educativo, sem prejuízo de, sempre que se justifique, adotar as medidas de protesto adequadas.



# ANTÓNIO FIDALGO É O NOVO PRESIDENTE DO SDPA



*António Fidalgo (ao centro) e a sua equipa diretiva*

António Fidalgo é o novo Presidente do Sindicato Democrático dos Professores dos Açores (SDPA), sucedendo no cargo a Ricardo Baptista. A lista por si encabeçada foi eleita com um total de 95,31% de votos.

A cerimónia de tomada de posse dos novos corpos gerentes para o quadriénio 2022-2026, aconteceu em Ponta Delgada, a 16 de julho e contou com a presença do Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva.

Nas palavras dirigidas aos convidados deste evento, o recém-eleito líder do SDPA deixou palavras de agradecimento "à vasta equipa diretiva que comigo assumiu as funções executivas do nosso SDPA, tendo como Vice-Presidentes a Dra. Sandra Teves Ornelas e o Dr. André Pinto Vaz".

No seguimento do discurso de abertura, António Fidalgo garantiu que a sua equipa se manterá

"fiel às normas estatutárias do SDPA e às linhas programáticas de ação sindical, com que nos comprometemos, e apresentadas a todos os associados, no passado mês de junho". No seu Plano de Ação, a nova Direção do SDPA afirma "a defesa de um sindicalismo democrático, plural, independente dos poderes instituídos, proactivo e propositivo, mobilizador e assente na ampla participação e proximidade aos associados".

Para o novo Presidente do sindicato açoriano, membro da FNE, "continuamos a contar com o apoio de todos. Desde logo, com o empenho solidário de toda a equipa diretiva, em quem confio, e com quem partilho esta missão e responsabilidade. Com o apoio institucional do nosso Conselho Geral, com a participação e mobilização de todos os sócios e colaboradores do SDPA, na senda de que unidos somos mais fortes. Juntos conseguiremos (Re)Valorizar a Docência | Por Uma Educação de Qualidade", afirmou.

**A cerimónia de tomada de posse dos novos corpos gerentes para o quadriénio 2022-2026, aconteceu em Ponta Delgada, a 16 de julho e contou com a presença do Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva.**

# LUSO RECEBEU SN E CG PARA BALANÇO DE FIM DE ANO LETIVO



***A fechar estes dois dias de debate e de definição de linhas de ação para os desafios que o futuro está pronto para trazer, João Dias da Silva fez um balanço muito positivo sobre o trabalho desenvolvido pela FNE.***

A vila de Luso, no distrito de Aveiro, recebeu a 22 e 23 de julho de 2022 a reunião conjunta de final de ano letivo do Secretariado Nacional e do Conselho Geral da FNE. Este encontro de dirigentes dos dez sindicatos da FNE teve como objetivo principal fazer o balanço sobre o ano letivo 2021/2022 e definir a estratégia global de ação sindical para o próximo ano letivo.

O início dos trabalhos foi dado por João Dias da Silva, Secretário-Geral (SG) da FNE, que começou por fazer uma apreciação global ao contexto político, económico, social e sindical, e suas consequências em termos de ação político-sindical a desenvolver.

Depois o Conselho Geral da FNE realizou a eleição dos membros da FNE (4 efetivos e 1 suplente) para o Conselho Geral da UGT, assim como a eleição do membro efetivo e do membro suplente do Conselho Geral da UGT-Viseu, em representação da FNE. O final do primeiro dia de trabalhos ficou marcado pela apresentação dos resultados da Consulta Nacional, lançada entre um e oito de julho.

Na segunda metade do primeiro dia de trabalhos abriu-se o debate junto dos Secretários-Nacionais e Conselheiros presentes sobre o con-

texto político, económico, social e sindical, e suas consequências em termos de ação político-sindical a desenvolver, juntando-se a estas matérias o Balanço do ano letivo de 2021/2022, o debate sobre a consulta nacional e as suas consequências e as prioridades de ação reivindicativa para o ano letivo de 2022/2023.

A primeira "Ação de Limpeza de Praia" a realizar no dia 17 de setembro de 2022, na Ericeira, a organização do Congresso da FNE em 21, 22 e 23 de abril de 2023, a participação internacional da FNE no ano escolar em curso e questões ligadas ao ensino particular, cooperativo e social, como as referentes ao novo Contrato Coletivo de Trabalho com a CNEF, foram outras das matérias em destaque.

A fechar estes dois dias de debate e de definição de linhas de ação para os desafios que o futuro está pronto para trazer, João Dias da Silva fez um balanço muito positivo sobre o trabalho desenvolvido pela FNE. O SG elogiou o trabalho sindical realizado pelos sindicatos da Federação e reforçou que a FNE não vai desistir de lutar em todas as frentes de intervenção que forem necessárias, em defesa dos trabalhadores da Educação que representa.



22 e 23 de julho 2022  
Grande Hotel de Luso



CONSULTE AQUI O  
ÁLBUM DE FOTOS

**SECRETARIADO NACIONAL  
CONSELHO GERAL**



## CONSULTA NACIONAL DA FNE DE JULHO DE 2022

# EXCESSO DE TRABALHO E CARGA BUROCRÁTICA SÃO O MAIOR PESADELO DOS PROFESSORES

O excesso de trabalho e a carga burocrática foram considerados a primeira preocupação dos educadores e professores portugueses, na Consulta Nacional online que a FNE realizou a 2.668 respondentes, entre os dias um e oito de julho de 2022. Quanto ao maior problema a que tiveram que responder no ano letivo de 2021-2022, a resposta escolhida por um elevado número de profissionais foi a conciliação do tempo de trabalho com a vida pessoal e familiar, seguido da quantidade de trabalho administrativo na profissão docente, somando ambas 53,4 % das respostas. Na docência, as tarefas administrativas e burocráticas prevalecem sobre fatores de índole pedagógica e aquelas foram consideradas muitas vezes inúteis, na maior parte dos casos inúteis por 80,2% dos docentes. Quanto à maior mudança desejada para 2022-2023, a resposta recai no “Respeito pelos limites do tempo de trabalho”.

A Consulta Nacional online da FNE teve como tema a “Apreciação das Condições de Trabalho Docente no ano letivo 2021/2022”, englobando questões relativas a “Bem-estar e Desenvolvimento profissional”, “Condições para o processo Ensino-Aprendizagem”, “Apoio a alunos refugiados / imigrantes”, “Condições de trabalho”, “Formação Contínua” e “Transferência de Competências para as Autarquias”.

O número de respondentes mais do que duplicou relativamente à Consulta Nacional de julho (CNJ) de 2021. Na CNJ de 2022 verificaram-se 2.668 respostas, enquanto na de 2021 obtiveram-se 1.207. Por sua vez, na CNJ 2022 no âmbito do Ensino Português no Estrangeiro (EPE) a FNE registou 76 respostas.

Em termos de análise dos dados obtidos na CNJ 2022 foram utilizadas três formas diferentes, cumulativas, realçando diversas perspetivas, tornando a reflexão e a apresentação dos resultados menos repetitiva: uma análise das respostas obtidas; relação de alguns indicadores com as características dos respondentes; e comparação de resultados entre a CNJ de 2022 e a CNJ de 2021. Em termos de análise dos dados obtidos através da CNJ EPE de 2022, foi realizada uma análise das respostas obtidas, assim como a relação das respostas obtidas na CNJ EPE 2022 com a CNJ de 2021, relacionando situações.

No âmbito da caracterização, os respondentes indicavam a zona do país em que trabalham, o setor de ensino, o tipo de estabelecimento, o género e a idade. Mais de metade das respostas são da zona norte (52,3%), zona centro com 21,1%, Lisboa e Vale do Tejo com 12,3%, Alentejo e Algarve com 13,1%.

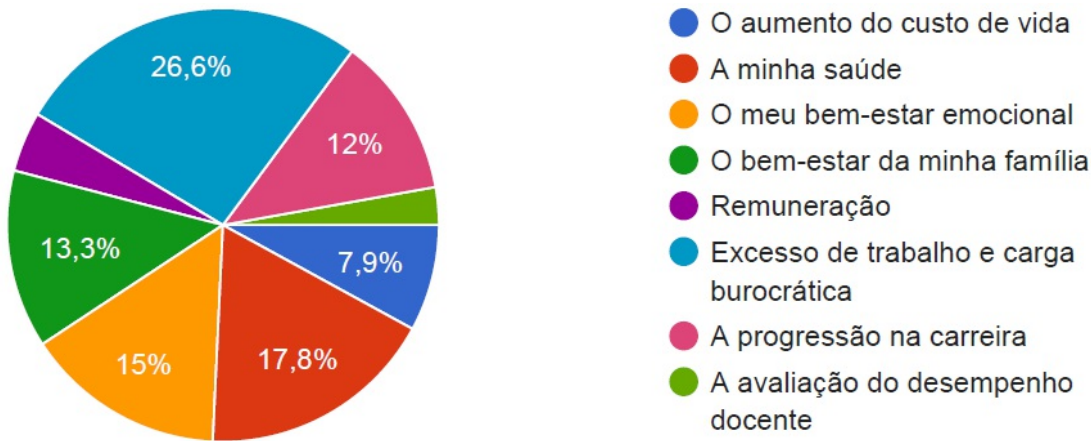
Por setor de ensino, a Educação Pré-Escolar com 9,3%, 1.º Ciclo do Ensino Básico com 30,6%, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico com 22,6%, 3.º Ciclo e Ensino Secundário com 24,1%, Ensino Secundário com 7,6% e Educação Especial com 5,8%. Quanto ao tipo de estabelecimento, prevalência quase totalitária (96,4%), do Ensino Público. Em termos de género, feminino com 82,9% e masculino com 17,1%. A grande maioria dos respondentes, relativamente à idade, pertence aos escalões de 40 a 49 anos, 36,4%, de 50 a 59 anos, 44,4% e 60 ou mais anos, 15,3%. Com menos de 30 anos 0,4% e de 30 a 39 anos 3,5%.

**O número de respondentes mais do que duplicou relativamente à Consulta Nacional de julho (CNJ) de 2021. Na CNJ de 2022 verificaram-se 2.668 respostas, enquanto na de 2021 obtiveram-se 1.207.**



## FALTA CONCILIAÇÃO COM VIDA PESSOAL E FAMILIAR

Das diversas questões que foram colocadas e consequentes respostas, destacamos algumas que, nosso entendimento, merecem um destaque acrescido, atendendo às variadas problemáticas com que os docentes convivem diariamente e que de uma forma, ou de outra, condicionam o seu desempenho profissional. Os respondentes indicavam a sua maior preocupação, de uma listagem de oito possibilidades, divididas entre o âmbito profissional e pessoal. Os resultados obtidos podem ser verificados através do seguinte gráfico:



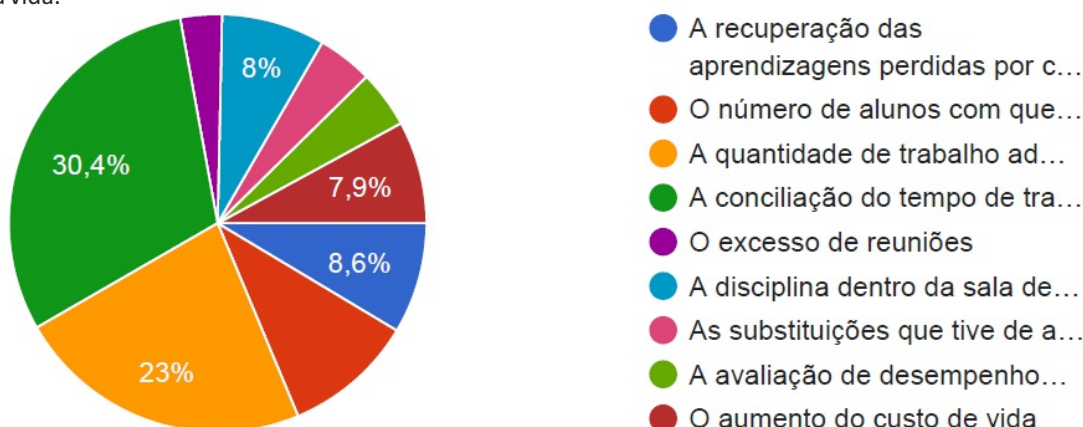
A preocupação indicada pelo maior número de respondentes (711) foi o “Excesso de trabalho e carga burocrática”, sendo a “Avaliação de desempenho Docente” a que registou o menor número de respostas (75). Nota-se a existência de fatores profissionais que, por exagero, influenciam e prejudicam a vida pessoal e familiar dos docentes.

As respostas obtidas quanto à maior preocupação são diferentes, atendendo ao momento de idade e em termos de desenvolvimento profissional em que se encontram os respondentes. Os docentes com mais idade (de 50 a 60 ou mais anos) referem como maior preocupação o “Excesso de trabalho e carga burocrática”, enquanto os docentes mais novos indicam como maior preocupação questões associadas à remuneração e custo de vida - situação decorrente dos valores dos vencimentos de entrada na carreira e os horários incompletos.

De realçar ainda que um grande número de respondentes, com idades compreendidas entre os 40 e os 59 anos, refere a progressão na carreira como maior preocupação, o que é compreensível atendendo aos constrangimentos legislativos existentes. Relativamente ao maior problema, no ano letivo 2021/2022, o seguinte gráfico ilustra a distribuição das respostas:

Um grande número de respondentes (812) indicou “A conciliação do tempo de trabalho com a vida familiar e pessoal” como o maior problema que teve que enfrentar, seguido da “Quantidade de trabalho administrativo” (613), correspondendo a soma a mais de 50% das respostas obtidas.

Só depois são referidos problemas de carácter profissional, tais como número de alunos com que trabalhou, recuperação de aprendizagens ou disciplina na sala que, mesmo somadas (713), apresentam um valor mais baixo do que o número de respostas que referiam a conciliação do tempo de trabalho com as outras facetas da vida.



**A preocupação indicada pelo maior número de respondentes (711) foi o “Excesso de trabalho e carga burocrática”, sendo a “Avaliação de desempenho Docente” a que registou o menor número de respostas (75).**

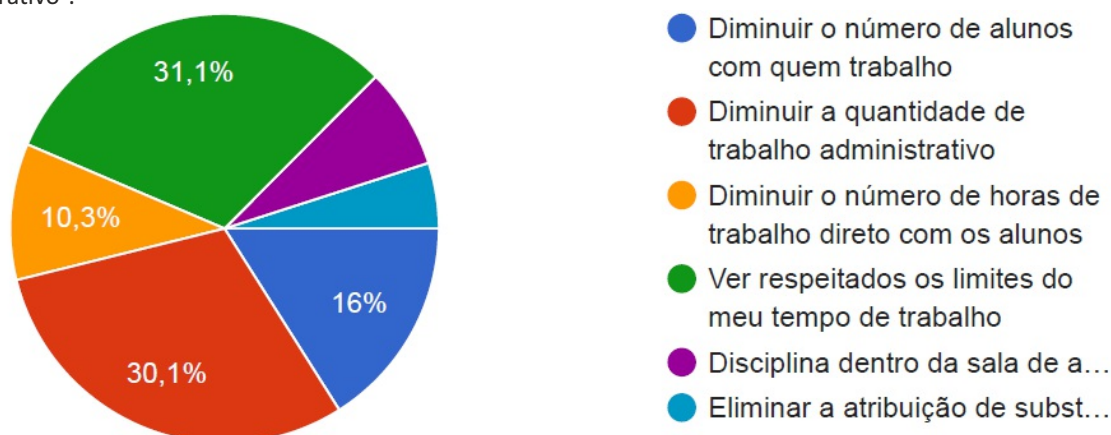
## É PRECISO RESPEITAR OS LIMITES DO TEMPO DE TRABALHO

Da leitura e análise destes resultados, os docentes indicam que tarefas administrativas e burocráticas prevalecem sobre questões de índole pedagógica. O fator “Idade” condiciona o tipo de respostas obtidas quanto à indicação do maior problema. Os docentes com menor idade (30 a 49 anos) referem como maior preocupação a questão da “Conciliação do tempo de trabalho com a vida familiar e pessoal”, enquanto os docentes com mais idade (60 ou mais anos) indicam como maior problema a “Recuperação de aprendizagens” ou a “Disciplina dentro da sala de aula”.

Tendo consciência do abrandamento da pandemia, comparando as respostas entre a atual consulta nacional e a realizada em julho de 2021, as respostas relativas à “Relação entre as Famílias e os Docentes” Melhorou 10,7%, Piorou 40,0% e Ficou na mesma 49,3%, enquanto em 2021 foi respectivamente 16,3%, 19,8% e 63,9%.

Relativamente às condições para o processo Ensino-Aprendizagem, uma grande maioria confirma a existência de Planos de recuperação de aprendizagens (78,9%), 30,5% que a escola teve acesso a recursos para concretizar plano de recuperação, 27,7% que a escola atingiu os objetivos com os planos de recuperação, e 46,7% teve acesso a apoios que precisou para o trabalho com os alunos, enquanto em 2021 essa percentagem era de 63,4%.

Por fim 51,6% afirmou que na sua escola os alunos foram prejudicados pela insuficiência de docentes. Quanto à integração e apoio a alunos refugiados / imigrantes, respectivamente 66,2%, 21,1% responderam que sim. Quanto à mudança mais desejada para 2022-2023, um grande número de respondentes (829) indica como primeira opção o “Respeito pelos limites do tempo de trabalho”, matéria legislada no âmbito do Estatuto da Carreira Docente e a segunda escolha recaiu em “Diminuir a quantidade de trabalho administrativo”.



A opção “Diminuir o número de alunos”, embora transversal a todos os setores, foi indicada por uma grande percentagem de educadores de Infância, o que não admira atendendo às especificidades do trabalho que desenvolvem, assim como à faixa etária em que se enquadram.

Todas as faixas etárias indicam a necessidade de diminuir a quantidade de trabalho administrativo e conseqüentemente o respeito pelos limites do tempo de trabalho.

Embora a maioria dos respondentes afirme que a componente não letiva a nível do estabelecimento “Foi adequada” devemos realçar que um grande número de docentes responde que “Ultrapassou os limites legais”, quer a análise seja efetuada pelo setor de ensino ou pela idade. A ilegalidade não decorre de o número de ocorrências ser maior ou menor, bastando a existência de um caso para que se possa afirmar que existe uma situação desconforme.

A situação ao nível da Educação Especial, nomeadamente pela falta de recursos humanos e funcionamento das equipas, torna-se visível através do número de respostas obtidas. Para além disso, a componente não letiva, englobando a componente a nível do estabelecimento e a nível individual, corresponde ao somatório dessas duas situações, o que relacionando com as respostas dadas anteriormente afigura-se como uma situação cuja resolução, através do enquadramento jurídico existente, já devia estar esclarecida e devidamente aplicada.

**Da leitura e análise destes resultados, os docentes indicam que tarefas administrativas e burocráticas prevalecem sobre questões de índole pedagógica. O fator “Idade” condiciona o tipo de respostas obtidas quanto à indicação do maior problema.**

De realçar que uma grande maioria de respondentes (1.946), o que corresponde a 72,9% do número total de respostas obtidas, respondeu que “As tarefas administrativas que teve que realizar” foram muitas vezes inúteis” ou “Na maior parte dos casos inúteis”. Se juntarmos as “Inúteis”, a percentagem sobe para 80,2%. Atendendo ao fator idade e à experiência profissional que lhe está associada, embora transversal a todas as idades, são os docentes com mais idade que “arrasam” com as tarefas administrativas como sendo desnecessárias.

Quanto à Formação Contínua, as questões diziam respeito ao Acesso à formação contínua, à Frequência de formação de capacitação digital, à Oferta de formação do Centro de Formação da sua escola, Procura de oferta de formação fora do Centro de Formação da escola, às Expetativas e se teve de efetuar Pagamento para frequentar ações de formação contínua, sendo as percentagens obtidas respetivamente as seguintes: 88,2% (Sim), 49,0% (Sim), 62,9% (Adequada), 38,8% (sim), 76,8% (Sim); 30,3% (Sim). Em comparação com a Consulta Nacional de 2021, a formação no âmbito da capacitação digital subiu, assim como ao pagamento para frequência de ações de formação contínua.

Por fim, no âmbito da Transferência de Competências para as Autarquias, 92,1% manifestaram-se preocupados com o processo de transferência, 11,0% admite estar devidamente informado sobre o processo e 83,3% desconhece se existem problemas com o processo de transferência na escola.

### FALTA MUITA FORMAÇÃO CONTÍNUA NO EPE

A consulta da FNE no âmbito do Ensino Português no Estrangeiro (EPE), realizada simultaneamente com a CNJ 2022 registou a participação de 76 respondentes. As questões colocadas, com as necessárias adaptações ao contexto e terminologia do EPE, foram idênticas às da Consulta Nacional pelo que, por opção e atendendo ao número de respondentes, o tratamento e a análise dos dados recolhidos foi feita globalmente, destacando as preocupações, problemas e anseios do setor.

Assim, os respondentes, em termos de caracterização, trabalham foram do país, conjuntamente em vários níveis de ensino, a maioria do género feminino (88,2%), verificando-se, em termos de idade, um corpo docente maioritariamente entre os 50 e os 59 anos (48,7%), praticamente sem jovens, seguido de professores na faixa compreendida entre os 40 e os 49 anos (27,6%) e de 19,7% de profissionais com 60 ou mais anos. Relativamente às preocupações manifestadas pelos docentes do EPE surge em primeiro lugar o “Excesso de trabalho e a carga burocrática” (28,9%), seguida de “A minha saúde” (15,8%) e da “Progressão na carreira” (14,5%). As tarefas administrativas realizadas foram consideradas muitas vezes inúteis por 47,4% de respondentes.

Tal como na CNJ 2021, o maior problema registado ao longo do ano letivo 2021/2022 foi “A conciliação do tempo de trabalho com a vida familiar e pessoal” (31,6%). Em segundo lugar, destaca-se a quantidade de trabalho administrativo (27,6%), seguindo-se o número de níveis diferentes de escolaridade a lecionar (17,1%).

Relativamente ao maior anseio de mudança para o ano letivo 2022/2023 foi indicada a “Diminuição do trabalho administrativo” (38,2%) e logo a seguir ver respeitados os Limites do meu tempo de trabalho (25%). No que respeita à “Componente Não Letiva” que teve que realizar 39,5% respondeu ter ultrapassado os limites legais em termos de tempo. As respostas àquele item assim como às “Tarefas Administrativas” coincidem com as obtidas na CNJ 2021, sendo as percentagens idênticas.

No campo da Formação Contínua há que destacar que a maioria dos respondentes (56,6%) não frequentou, durante o ano letivo de 2021-2022, nenhuma ação de formação de capacitação digital, 14,5% não teve acesso a qualquer tipo de formação e 43,4% teve que procurar oferta de formação contínua por sua própria iniciativa. Por outro lado, 19,7% teve que pagar a sua própria formação. A formação contínua obtida correspondeu genericamente às expectativas de 76,3% dos respondentes.

**Tal como na CNJ 2021, o maior problema registado ao longo do ano letivo 2021/2022 foi “A conciliação do tempo de trabalho com a vida familiar e pessoal” (31,6%).**

# FNE DESAFIA ME A MELHORAR SALÁRIOS, CARREIRAS E CONDIÇÕES DE TRABALHO



Em conferência de imprensa realizada na manhã de 29 julho, a FNE deixou o alerta para que a prioridade da tutela no ano letivo de 2022-23 passe pela melhoria dos salários e das condições de trabalho de docentes e não docentes.

No final de mais um ano letivo, João Dias da Silva, Secretário-Geral (SG) da FNE, considerou que "terminamos este ano de 2021/2022 sem que o Governo tenha resolvido os problemas mais conhecidos de que enferma o sistema educativo e o que é ainda mais dramático sem que nada tenha sido feito para que esses problemas não se repitam no ano que está para começar".

Deixando elogios "à importância do trabalho desenvolvido pelos educadores e professores portugueses nos tempos de pandemia", o SG da FNE recordou que "a verdade é que tardam as medidas que reconheçam o empenho e a dedicação que marcaram esses tempos difíceis, que demonstraram como esses profissionais foram indispensáveis para que nenhum aluno tivesse ficado esquecido. Não se pode é permitir que agora os educadores e professores portugueses fiquem esquecidos e para trás, profissionalmente desvalorizados".

A instabilidade e precariedade foram lembrados como problemas que continuam a repetir-se, sem apresentação de soluções por parte do Ministério da Educação (ME), assinalando o SG da FNE que «continua a não se garantir que os alunos tenham todos os seus professores, por-

que o Governo se recusa a adotar medidas vigorosas que respondam aos problemas identificados, quer em termos de concursos, quer de atratividade dos horários, quer de apoio aos docentes deslocados para longe das suas famílias.»

A matéria da mobilidade por doença não ficou fora deste balanço com Dias da Silva a afirmar que "quer em relação às medidas que visam a redução do número de alunos sem professor, quer em relação às mudanças que foram impostas para a aplicação do regime de mobilidade por doença, o ME foi incapaz de respeitar critérios elementares de justiça e de respeito. O efeito prático e imediato que delas resulta é a insatisfação dos educadores e professores portugueses". Mais do que as medidas conjunturais em relação à possibilidade de renovação de contratos de horários incompletos ou de completamento desses horários em algumas regiões do país, a FNE pede a imposição de soluções que promovam a estabilidade, nomeadamente através da realização de concurso que leve ao preenchimento das vagas que venham a ser criadas, para que todas as escolas tenham um quadro estável de docentes, sem necessidade do recurso sistemático à contratação e à precariedade.

A fechar este tema, João Dias da Silva disse ainda que se torna "inadiável que sejam adotadas medidas que visem compensar os docentes que são obrigados a grandes deslocações para garantirem as aulas aos seus alunos".

**«A instabilidade e precariedade foram lembrados como problemas que continuam a repetir-se, sem apresentação de soluções por parte do Ministério da Educação (ME)»**

## LIMITAÇÕES DO TEMPO DE TRABALHO

As limitações que estão impostas ao desenvolvimento da carreira docente, fazendo com que milhares de professores estejam sem perspectivas de acesso a patamares remuneratórios superiores, devido à limitação de vagas no acesso aos 5º e 7º escalões, foi outro dos assuntos referidos neste encontro da Federação com os jornalistas, assim como os limites do tempo de trabalho. Para João Dias da Silva, “os docentes continuam a ser vítimas de uma intensidade excessiva do trabalho que lhes é imposto por uma Administração que se recusa a respeitar os limites do tempo de trabalho e a eliminar os procedimentos administrativos e burocráticos tantas vezes inúteis que preenchem todo o tempo, sem que haja condições para se conciliar a atividade profissional com o tempo de vida pessoal e familiar”.

Estas verificações estão espelhadas nos resultados da Consulta Nacional que foi promovida pela FNE entre um e oito de julho de 2022 e que contou com 2.668 respondentes, o que representa uma larga margem de representatividade, que constitui um espelho do que pensam os docentes portugueses. (ver págs. 10 e 11)

Daqui resultou que se torna imprescindível a adoção de medidas urgentes, nomeadamente:

- a clarificação dos conteúdos das componentes letiva e não letiva de estabelecimento, garantindo que na componente letiva se integram todas as atividades educativas realizadas pelo docente com qualquer número de alunos;
- a simplificação/eliminação de suportes digitais redundantes e/ou supérfluos;
- a eliminação de todos os procedimentos burocráticos considerados inúteis, canalizando o tempo dos docentes para o processo de ensino-aprendizagem.

## FUNDAMENTAL INVESTIR NA EDUCAÇÃO

O investimento na educação esteve também na ordem dos temas que marcaram negativamente este ano letivo, sendo considerado fundamental pela FNE “que se garanta a disponibilização de uma oferta educativa de qualidade, efetivamente inclusiva e que promova a efetiva recuperação das aprendizagens perdidas com garantia de equidade”.

Para a FNE, são vários os processos negociais a necessitar de andamento por parte do Governo: “É essencial que se integre de uma forma articulada as medidas que visem quer o rejuvenescimento da carreira docente, quer a promoção da atratividade da profissão, garantindo a plena recuperação do tempo de serviço que esteve congelado e a substituição do atual modelo de avaliação de desempenho, que tanto mal-estar tem promovido nas escolas, determinando condições de acesso à pré-reforma e um regime especial de aposentação, complementado com a referência aos aumentos de salários.

“É imprescindível”, sublinhou o SG da FNE, “passar desta inação para a determinação, em sede de diálogo e concertação, de medidas que se orientem no sentido de melhorar os salários e as condições de trabalho no setor da Educação, para fazer crescer a atratividade da profissão”.

***“Para João Dias da Silva, “os docentes continuam a ser vítimas de uma intensidade excessiva do trabalho que lhes é imposto por uma Administração que se recusa a respeitar os limites do tempo de trabalho”.***



A precariedade continua a marcar o dia a dia de docentes e não docentes "é preciso acabar com esses índices que continuam a marcar a vida profissional de muitos profissionais em todo o sistema educativo".

Ao nível do ensino superior, para além de medidas que impeçam o recurso sistemático à precariedade, nomeadamente no setor da Investigação, a FNE pede a revisão do regime jurídico das instituições, lamentando que "tarda o início de um processo negocial efetivo, que vise a resolução dos problemas identificados".

A FNE continuará também a insistir na determinação dos conteúdos funcionais específicos dos Trabalhadores Não Docentes, com vista ao estabelecimento das respetivas carreiras especiais.

Ao nível do Ensino Português no Estrangeiro, a FNE garante continuar a lutar "pela preservação de uma oferta consistente dirigida à comunidade emigrante portuguesa, eliminando a propina que continua a ser imposta nos cursos maioritariamente frequentados por alunos portugueses e lusodescendentes e, em relação aos Docentes, promovendo a sua valorização salarial e a identidade de diretos em relação aos que trabalham no País, nomeadamente no respeitante à vinculação e estabilidade laboral. Para a FNE, é fundamental que se concretize o início do processo negocial recentemente anunciado pelo Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, com vista à revisão do Regime Jurídico do Ensino Português no Estrangeiro".

João Dias da Silva sublinhou ainda que "no âmbito do ensino promovido pelos setores privado e social, não deixaremos de continuar a trabalhar no sentido da determinação de adequados instrumentos de regulamentação do trabalho, com a consequente valorização salarial e de condições de trabalho dos Trabalhadores abrangidos".



#### FNE PRONTA PARA DESAFIO DO NOVO ANO

Em jeito de balanço final, o SG da FNE acrescentou que "vamos para um novo ano letivo, em que seremos assumidamente combativos, para que se possam definir novos horizontes para os profissionais da Educação, para que se respeitem os limites do tempo de trabalho, para que os salários sejam compatíveis com as exigências a que a escola de hoje responde, para que se acabe com as precariedades que se acentuam de ano para ano".

Para tal a FNE refere que "é preciso que se volte a respeitar o primado do trabalho pedagógico que se desenvolve nas escolas, porque é esse o serviço que essencialmente aí se tem de concretizar. É imprescindível que os educadores e professores possam desenvolver o seu trabalho específico, com o apoio dos trabalhadores que forem indispensáveis, para que as escolas funcionem e para que os alunos disponham dos mecanismos de apoio complementar à ação pedagógica considerada essencial".

A fechar, ficou o desafio ao ME: "Vamos apresentar ao ME um caderno reivindicativo com a proposta da respetiva agenda negocial, que permita resolver os problemas por nós identificados. Esperamos que o ME se mostre disponível para essa negociação e que passe, de meros anúncios ou medidas pontuais, aos atos. A FNE está pronta para esse desafio. Esperamos que o ME, também. Pela parte da FNE, tudo faremos para que se produzam as mudanças que são necessárias".

**Em jeito de balanço final, o SG da FNE acrescentou que "vamos para um novo ano letivo, em que seremos assumidamente combativos, para que se possam definir novos horizontes para os profissionais da Educação".**



# edu summit

**PENSAR A EDUCAÇÃO:  
QUE EXPERIÊNCIAS, TENDÊNCIAS E DESAFIOS  
NA ERA DIGITAL?**

**EVENTO ONLINE  
30 DE SETEMBRO E 1 DE OUTUBRO DE 2022**

# EDUSUMMIT 2022 DEBATE A EDUCAÇÃO NA ERA DIGITAL

A Federação Nacional da Educação (FNE), a Universidade Aberta (UAberta) e a Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho (AFIET) promovem nos dias 30 de setembro e 1 de outubro de 2022, a segunda edição da EduSummit, que vai decorrer exclusivamente online, desta vez sob o lema "Pensar a Educação: que experiências, tendências e desafios na Era Digital?".

Depois do sucesso do primeiro evento, realizado em 2021, a segunda edição desta iniciativa vai contar com vários oradores convidados de elevado relevo, ligados a várias áreas e setores da sociedade portuguesa, reunindo investigadores, académicos, educadores e professores, diretores, projetos escolares e outros especialistas que, com o seu contributo e a sua reflexão no âmbito da educação, vão suscitar um debate alargado a uma multiplicidade de perspetivas.

Ao longo dos dois dias estarão em debate múltiplos temas que se estendem desde "O Currículo: tendências e desafios da Era Digital" ao "Desenho do Currículo: experiências em curso nas escolas", mas também a "Digitalização da Escola: tensões e desafios", a "Inovação em contextos educativos" ou os "Desafios da Educação na Transição Digital".

A EduSummit 2022 conta com um formato dinâmico, a partir de Masterclasses e Mesas-redondas e ambiciona prosseguir com diálogos e reflexões conjuntas entre investigadores, docentes, alunos, académicos e todo o público interessado nas temáticas, desencadeando desta forma um debate alargado a uma multiplicidade de olhares e perspetivas.

Neste sentido, espera-se um momento alto de reflexão e questionamento conjunto sobre temas atuais e emergentes, com a finalidade de que tais (co)reflexões e (co)questionamentos se possam repercutir positivamente na vida profissional e cívica de todos nós.

A EduSummit 2022 será acreditada como Ação de Formação de 15 horas para Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário.

A inscrição no evento abre brevemente e é gratuita.

Consulte todo o programa em:

<https://www.edusummit.pt/>

**Depois do sucesso do primeiro evento, realizado em 2021, a segunda edição desta iniciativa vai contar com vários oradores convidados de elevado relevo, ligados a várias áreas e setores da sociedade portuguesa.**



edu  
summit

PENSAR A EDUCAÇÃO:  
QUE EXPERIÊNCIAS, TENDÊNCIAS E DESAFIOS  
NA ERA DIGITAL?

EVENTO ONLINE  
30 DE SETEMBRO E 1 DE OUTUBRO DE 2022



entrevista



**CONCEIÇÃO ALVES PINTO**  
Ex-Presidente do SDPGL

# CONCEIÇÃO ALVES PINTO: «O ISET ERA FORMAÇÃO, A FNE NEGOCIAÇÃO»

Na terceira e última parte desta entrevista, Conceição Alves Pinto, ex-Presidente do SDPGL, recorda as ligações e o peso que o Instituto Superior de Educação e Trabalho (ISET) teve na formação de professores e não docentes em Portugal e traça os caminhos que permitem desbravar as propostas de ação sindical no futuro.

**JORNAL FNE (JF) - EM 1991 FOI CRIADO O ISET, ONDE A PROFESSORA CONCEIÇÃO LECIONOU DURANTE MUITOS ANOS. COMO AVALIA O PAPEL DO ISET?**

**CONCEIÇÃO ALVES PINTO (CAP) -** Na FNE debatia-se a fundo um dos problemas a que a federação teria que dar resposta, no âmbito do Estatuto da Carreira Docente, e que tinha que ver com a prestação de contas, numa modalidade que não fazia parte da experiência dos professores.

No âmbito da FNE, Manuela Teixeira e eu concebemos um percurso de formação, a partir de 1989, que denominamos “Currículo e Relatório”. Construímos em conjunto com os sindicatos docentes da FNE um enorme projeto nacional para responder às necessidades de formação insistentemente solicitadas pelos sócios dos nossos sindicatos. Este projeto começou pela preparação de um conjunto bastante alargado de formadores para monitorarem as sessões práticas deste curso, que complementavam as sessões teóricas realizadas por Manuela Teixeira e por mim.

A FNE respondeu às solicitações de todos os sindicatos organizando esta formação em quase todos os distritos do país, assim como nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Houve toda uma dinâmica muito interessante que produziu resultados não só nas escolas como nos nossos sindicatos. Por exemplo, para o meu sindicato (SDPGL) esses cursos foram um espaço de formação para muitos docentes que viriam a tornar-se dirigentes sindicais. Encontrei a mesma situação nos outros sindicatos, porque os professores viram nesses cursos uma forma de encontrarem soluções melhores para ajudar profissionalmente os colegas.

A partir desta experiência, muitos professores nossos sócios começaram a descobrir que fazer formação era de grande utilidade para proble-

matizar e explicitar o que nós queremos, quando estamos a trabalhar com os alunos.

Na sequência das necessidades transmitidas pelos sócios dos sindicatos seguiu-se uma lógica de disponibilizar formação acrescida aos professores que lhes permitissem ser reconhecidas em carreira. Tudo isto decorreu da nossa política sindical, mas progressivamente estruturou-se de forma autónoma no ISET. A nossa visão sindical não é apenas de reivindicações sindicais ao nível salarial. Temos consciência que somos atores e intervenientes na conceção e apresentação de propostas no âmbito da política educativa.

Conceção que foi reconhecida pelo ministro João de Deus Pinheiro ao chamar Manuela Teixeira para integrar a Comissão da Reforma do Sistema Educativo. Foi isso que me atraiu na FNE. Sempre achámos que o prestígio dos professores estava ligado com a capacidade de explicitar tudo o que faziam e como faziam. E isso exige uma formação/desenvolvimento profissional acrescida ao longo da vida.

**A nossa visão sindical não é apenas de reivindicações sindicais ao nível salarial. Temos consciência que somos atores e intervenientes na conceção e apresentação de propostas no âmbito da política educativa.**



Instituto Superior de  
Educação e Trabalho

Sede do ISET





**"Perceber que a formação que o ISET dava era de grande utilidade profissional e que permitia aos alunos optar por soluções educativas novas, até inovadoras, dava-me uma grande alegria»**

**JF – ATÉ QUE PONTO A APOSTA NA QUALIFICAÇÃO É CRUCIAL PARA O PAÍS?**

**CAP** – É capital, mas não uma qualificação qualquer. É importante uma qualificação que permita às pessoas adquirir uma maior segurança em termos profissionais, na competência com que realizam o seu trabalho. Em tempos, fiquei muito contente quando encontrei umas das minhas primeiras alunas do ISET e ela me disse: "Professora, nem imagina! eu agora consigo aplicar muitos conhecimentos e práticas na minha escola, graças ao que aprendi no ISET". Desabafos como este davam-me uma imensa alegria. Perceber que a formação que o ISET lhes dava era de grande utilidade profissional e permitia-lhes optar por soluções educativas novas, até inovadoras.

**JF – RECORDA ALGUM MOMENTO PARTICULAR QUE MARQUE A SUA ATIVIDADE NO ISET?**

**CAP** – Sim. Um dia, um Professor da Universidade do Porto, que eu conhecia da Faculdade de Ciências, encontrou-me no aeroporto. Perguntou-me o que eu andava a fazer em termos profissionais e eu respondi que estava no ISET. Ele então disse-me que os ex-alunos do ISET que recebera para formações complementares à licenciatura mostravam ter tido uma formação de qualidade. Esses alunos rapidamente formulavam os projetos de pesquisa com vista à elaboração das dissertações. Por isso, quando ele selecionava candidatos para mestrado (no antigo modelo) os que vinham do ISET davam-lhe confiança que seriam pessoas para terminarem o percurso de formação com qualidade e não iriam desistir, quando fosse da realização das teses. Este reconhecimento de pares (ele era um professor catedrático da faculdade do Porto da área da Educação) deixou-me muito sensibilizada.

**JF - NO ATUAL CONTEXTO SOCIAL E ECONÓMICO, A FORMAÇÃO-RECONVERSÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES É UM INVESTIMENTO DECISIVO PARA A SALVAGUARDA DOS POSTOS DE TRABALHO?**

**CAP** - Não pode ser só investimento, tem de ser uma intervenção decisiva. Porque quando Portugal começou a receber dinheiros da União Europeia começou a haver oferta de muita formação. Mas uma formação em muitos casos burocrática, muito teórica, sem investimento no sentido que as pessoas saíssem do processo formativo a desempenhar as suas funções com melhor qualidade; ao mesmo tempo transformando-se em cidadãos mais intervenientes e mais conscientes do que eram previamente.

Nas reconversões há algo que é complexo e ao qual nem sempre se presta a atenção devida: é que os adultos que iniciam um processo de formação trazem muitas vezes uma autoestima muito baixa porque, no fundo, até terão sido bons profissionais, mas de repente o seu lugar de trabalho desapareceu. Por isso, chegam muito inseguros, com saudades da competência que experimentaram em funções que, entretanto, desapareceram, e muita ânsia de serem reconhecidos como competentes, em novas funções que ainda desconhecem.

Importa nestes casos trabalhar simultaneamente para melhorar as competências técnicas, assim como a imagem e reconhecimento de si mesmo, que cada um tem sobre o que faz. Este trabalho requer tempo e uma preocupação individual com cada pessoa. Eles aprendem muito em grupo, porque muitas vezes ficam intimidados para falar com o formador. Mas não com o colega. Há aqui um trabalho precioso feito por um coletivo.

**JF – DEPOIS DO ISET, OS SINDICATOS DA FNE CRIARAM A ASSOCIAÇÃO PARA A FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM EDUCAÇÃO E TRABALHO (AFIET), UM GRANDE PROJETO PARA JOVENS E ADULTOS QUE QUEREM AUMENTAR A SUA FORMAÇÃO. QUAL É O ESPAÇO QUE A DIMENSÃO SOCIAL OCUPA NA FORMAÇÃO?**

**CAP** – No início havia a Associação ISET e o ISET Instituto. Mas o Ministério da Educação fez alterações na legislação e a Associação detentora do Instituto não podia ter o mesmo nome. Por isso optou-se por se chamar AFIET à Associação ISET. Enquanto o ISET funcionou, as funções de formação não graduada foram assumidas pelo Instituto. A AFIET é importante para desbravar ideias para espaços de criatividade, de modo que entendamos que linhas queremos desenvolver. Neste momento vejo a AFIET como um espaço que contribui para a criatividade, desenvolvimento e aprofundamento de linhas, que depois são operacionalizadas pela FNE em propostas sindicais, nas reivindicações e políticas, nas suas intervenções sobre política educativa.

**JF – O ISET, A AFIET E A FNE DESPENDERAM UM GRANDE ESFORÇO PARA ELEVAR AS QUALIFICAÇÕES DOS EDUCADORES, PROFESSORES E NÃO DOCENTES E MELHORAR OS SEUS SALÁRIOS. O QUE FALTA AINDA CUMPRIR?**

**CAP** – Quem lutou por uma carreira que revalorizou fortemente a função docente foi a FNE. Do ponto de vista da revalorização salarial tínhamos conseguido que o topo salarial dos professores licenciados do preparatório e secundário fosse equiparado ao topo dos técnicos superiores. Com a transição do regime de fases para a carreira docente, no final dos anos 80, a FNE exigiu que o topo das fases anteriores correspondessem ao 7º escalão e que se abrisse um nível acima, de três escalões, para quem quisesse candidatar-se a esse prolongamento de carreira. Um dia que se faça a história deste processo negocial verificar-se-á que a proposta da federação concorrente da FNE era muito menos ambiciosa do que a nossa. Claro que aos novos três escalões de topo não se tinha acesso apenas com a avaliação por relatório. Era necessário uma prestação de contas mais exigente.

Num texto que publiquei no semanário Expresso eu dizia que era algo semelhante à abertura de um novo troço de autoestrada e que para aceder a esse troço importava pagar uma portagem que se traduzia na candidatura ao 8º escalão. A FNE defendeu de forma determinada que todos os docentes do básico e secundário (assim como os

educadores de infância), para habilitações de nível igual, fossem integrados nos escalões que decorressem do seu tempo de serviço. Como os professores do ensino primário estavam várias fases abaixo dos do preparatório e secundário foram eles que tiveram a maior revalorização. Mas todos eram livres de se candidatarem ao 8º escalão e subsequentemente ao 9º e ao 10º.

Primeiro foi aprovada a estrutura da carreira docente (Decreto-Lei n.º 409/89 de 18 de Novembro). O Estatuto da Carreira Docente é publicado no Decreto-Lei nº139-A/90 de 28 de abril. O ISET surge para responder a necessidades de formação de docentes e não docentes. O ISET nunca capacitou os educadores e professores com habilitações iniciais. Havia muitas instituições de ensino superior que o faziam. Concentrámo-nos, pois, inicialmente em organizar formação correspondente a acréscimos de formação.

Mas decorrente da urgência da procura dos docentes por formações conducentes à obtenção de novos graus académicos e de especializações, os primeiros anos do ISET centraram-se na formação conducente ao grau de licenciado no âmbito do DESE (Diploma de Estudos Superiores Especializados). Optámos por dar formação em Administração Escolar, uma vez que o sistema educativo estava muito carente de docentes com essa formação. Posteriormente a par da Administração Escolar introduzimos as áreas de “Animação Sócio Cultural”, “Gestão e Animação da Formação” e “Orientação Educativa”.

**«A FNE defendeu de forma determinada que todos os docentes do básico e secundário (assim como os educadores de infância), para habilitações de nível igual, fossem integrados nos escalões que decorressem do seu tempo de serviço.»**



*Conceição Alves Pinto na abertura do ISET*

Os mestrado que funcionaram foram todos em Educação, um em Administração Educacional e outro em Animação Sociocultural. Mais tarde abrimos duas licenciaturas para não docentes, uma em Administração Escolar e outra em Intervenção Educativa. E finalmente já nos anos finais funcionaram dois cursos de Especialização Tecnológica, um em Acompanhamento de Crianças e Jovens e outro em Técnicas de Gestão e Administração de Organizações. Complementarmente a estes cursos conducentes a novo grau académico organizámos formação especializadas reconhecidas para o desempenho de funções docentes específicas em Administração Escolar, em Educação Especial (domínio emocional / personalidade), em Supervisão Pedagógica e Formação de Formadores, em Supervisão Pedagógica e Avaliação Docente, em Orientação Educativa e em Comunicação Educacional e Gestão da Informação. O ISET preocupava-se com a formação; a questão salarial e as questões de negociação eram com a FNE.

Mas se em termos quantitativos formamos muitos docentes e não docentes, aquilo que mais nos satisfaz foi a qualidade da formação, que foi sempre a nossa prioridade, e que foi reconhecida pelos nossos ex-alunos e por muitos professores universitários de outras instituições.



**"Mas se em termos quantitativos formamos muitos docentes e não docentes, aquilo que mais nos satisfaz foi a qualidade da formação, que foi sempre a nossa prioridade, e que foi reconhecida pelos nossos ex-alunos e por muitos professores universitários de outras instituições."**

Principais Cursos Ministrados no ISET a Docentes, Não Docentes e outros	Inscritos	Concluíram
Cursos conducentes ao grau de Licenciado	2373	1989
Cursos conducentes ao grau de Mestre	118	63
Curso de Especialização Tecnológica	26	23
Cursos de Formação Especializada, ao abrigo do Decreto-Lei nº 95/97, de 23 de abril: Administração Escolar, Orientação Educativa, Comunicação Educacional e Gestão da Informação, Educação Especial - domínio emocional/personalidade, Supervisão Pedagógica e Formação de Formadores, Supervisão Pedagógica e Avaliação Docente.	1194	1065
Pós-Graduação em Administração Escolar, Educação Especial - domínio emocional/personalidade, Comunicação Educacional e Gestão da Informação, Orientação Educativa.	46	45

Nota: Alguns alunos do ISET trabalhavam em áreas e setores de atividade fora da Educação.

**Joaquim Santos e  
Tiago Soares  
Jornal FNE**

# (RE)VALORIZAR A DOCÊNCIA, POR UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

A nova Direção do Sindicato Democrático dos Professores dos Açores a que presido, em articulação com os restantes órgãos sociais, ao assumir a liderança do SDPA e a missão que elegeu – (Re)Valorizar a Docência, Por uma Educação de Qualidade –, comprometeu-se com a defesa de um sindicalismo democrático e plural, de proximidade, mobilizador, independente e equidistante dos poderes instituídos, sem outros objetivos que não sejam a defesa dos educadores e professores que escolheram os Açores para exercer a sua profissão.

O SDPA tem uma identidade com uma herança sólida e consistente. Desde a sua génese, em 1989, somos um Sindicato que continuamente se renova e se expande. Com a força das pessoas que o sonharam, o construíram, o lideraram, a ele pertenceram e o apoiaram, com a força de todos, o SDPA tem-se vindo a afirmar, sustentadamente, como um Sindicato que marca a diferença e se consolidou como um ator relevante e importante na sociedade açoriana. Alicerçamos a nossa ação com dedicação, responsabilidade, inconformismo, persistência e profissionalismo. Privilegiamos o apoio e a informação aos associados do SDPA, com elevada qualidade no aconselhamento e orientação na resolução dos seus problemas laborais.

Ao invés do que acontecia há poucos anos, estamos confrontados com o envelhecimento e a insuficiência de professores qualificados para satisfazer as necessidades do sistema. Num quadro de eventual rutura do sistema, a desvalorização da profissão docente apresenta-se como um elemento crítico a que é necessário dar resposta.

Valorizar a profissão docente passa por alterar as condições do seu exercício e estimular a construção de uma imagem pública positiva dos professores. É premente que se tomem iniciativas que visem incentivar a estabilidade do pessoal

docente pondo fim à precariedade laboral; se preveja a redução da componente letiva, por idade e tempo de serviço; se estude a criação de um regime específico de aposentação para os docentes; se defina uma carreira aliciante e socialmente valorizada, capaz de gerar motivação entre os professores e educadores de infância que nela se integram, e de atrair os profissionais mais competentes para o exercício da docência.

O SDPA, em franca cooperação institucional, assume o compromisso de intervir ativamente na Federação a que pertence, em parceria com os sindicatos nacionais nossos congéneres, para que, com o nosso espírito crítico e construtivo, como é apanágio do SDPA, possamos fortalecer a FNE e, assim, melhor servir os interesses e aspirações comuns à classe docente no todo do território português, mas também daqueles que, sendo específicos dos educadores e dos professores dos Açores, encontram a nível nacional uma especial singularidade.

O próximo ano letivo, nos Açores, no plano reivindicativo, será marcado pela discussão de diplomas fulcrais para a nossa classe, como por exemplo, o Estatuto da Carreira Docente e Regulamento de Concursos. O ano de 2022/2023 será, portanto, marcado por uma forte ação de reivindicação, protesto e luta. Assumimos a necessidade de desenvolvermos uma ação sindical afirmativa e proativa na defesa dos interesses e das necessidades dos profissionais da Educação que representamos. Unidos, contando com a mobilização de todos, conseguiremos (Re)Valorizar a Docência, Por Uma Educação de Qualidade.



**António Fidalgo**  
Presidente da Direção do SDPA

# «UM SONHO TORNADO PESADELO»



TTTTRRRIIIIMMMMM!!  
!! O despertador toca!

Abro os olhos.

Incidindo-me os raios de sol pelas ranhuras da persiana, soltando fluxos de alegria para o início de um novo dia, apercebo-me uma vez mais que irei laborar com motivação, dedicação e muita satisfação.

O Governo investe na Educação!

Obteve-se a atualização de salários e do subsídio da alimentação.

Foi revogado o SIADAP.

A portaria que regulamenta os rácios foi reajustada.

Os salários de entrada na carreira geral no Estado diferenciam-se.

Auferiu-se um aumento de Recursos Humanos, Financeiros e Tecnológicos.

Foram criadas Carreiras Especiais na Educação. Suprimiu-se a precariedade laboral.

Alcançou-se o reconhecimento e valorização dos trabalhadores....

PUM,PUM, PUM.... Parecia-me estarem a bater à porta!

Ouço uma voz:

- Acorda! Vais chegar atrasado ao trabalho! Nem o despertador te faz acordar!

Foi aí que vim a mim e pude constatar que o sonho se tornara pesadelo! Ter que me levantar para enfrentar mais um dia de mau ambiente no trabalho, sem motivação e satisfação deixava-me deveras oprimido...

...Pois o Governo não investe na Educação!

O Governo tranca a porta a uma atualização dos salários da função pública em 2022 e também admite a possibilidade de não vir a acompanhar a inflação nas atualizações de 2023.

O Governo diz manter compromisso com atualização anual, mas profere que a subida dos valores salariais vai depender da "natureza" da inflação, de efeitos de medidas tomadas e da situação do país.

O processo de avaliação não deverá ser competitivo, mas colaborativo e motivador, sendo inadiável a revogação do mesmo.

A diferença entre os salários de entrada na carreira geral do Estado é diminuta, desprestigiando o grau de complexidade funcional.

Exige-se a necessidade da criação de uma dotação especial de rácios para que haja uma adaptação/integração dos mapas de pessoal às necessidades dos serviços.

O Governo deverá facultar formação profissional vocacionada às áreas inerentes ao serviço prestado pelo trabalhador e promover a valorização do desempenho profissional.

Moral da História: Urge a necessidade de reconhecer e valorizar os trabalhadores!

**Cristina dos Santos Silva**  
**Tesoureira**  
**STAAE-ZN**



## CONFERÊNCIA ESPECIAL DO CSEE, EM LIÈGE: VALORIZAR A EDUCAÇÃO E A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A Conferência Especial do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE), a Região Europeia da Internacional da Educação, decorreu em cinco e seis de julho de 2022, no Palácio dos Congressos de Liège, na Bélgica, com uma delegação da FNE composta por quatro elementos: Joaquim Santos (FNE - delegado principal), Alexandre Dias (SPZN - delegado) e as observadoras Maria José Simões (SDPGL) e Cristina Ferreira (Presidente do STAAE Sul e RA).

O tema foi o “Engajamento e atividade sindical na Europa: mobilização para uma educação pública de qualidade em benefício dos alunos e um estatuto valorizado para docentes e profissionais da educação”.

A Conferência Especial é convocada dois anos após cada Conferência ordinária para considerar e decidir sobre assuntos relacionados com as políticas de educação e de emprego. Trata-se de um órgão decisório com o direito de adotar políticas e resoluções, formado pelo Comité do CSEE e um máximo de dois delegados de cada organização membro.

O dia quatro de julho foi preenchido com um conjunto de pré-eventos, que incluíram uma reunião da Associação de Organização de Redes da Europa Central e Oriental (CEENet), uma convenção política de mulheres e dois seminários, um sobre inteligência artificial (IA) na educação e

um outro sobre investimento em educação. O objetivo do seminário sobre IA, foi o de motivar os sindicatos europeus da educação para a importância daquele tema, com um grande potencial de crescimento nos sistemas educativos.

No seu discurso de abertura, o americano David Edwards, Secretário-Geral da Internacional da Educação (IE), informou que, a convite de António Guterres, Secretário-Geral da ONU, a IE está unida à sociedade civil, estudantes, ONU e outras organizações internacionais para colocar a luta por um futuro sustentável de volta nos trilhos, começando com um novo acordo para professores e todos os educadores, que garante as condições necessárias para a transformação.

A resolução adotada sobre o tema da Conferência reflete que os sindicatos da educação devem mobilizar a sua ação por uma educação de qualidade e inclusiva. O Presidente do CSEE, o escocês Larry Flanagan, explicou que “deve haver pressão sobre os políticos, e eles devem ser informados do que pretendemos. Como professores, devemos fazer com que nossas reivindicações sejam ouvidas e os valores da democracia sejam salvaguardados”. Os educadores e professores europeus reafirmaram o seu compromisso de melhorar o estatuto da profissão docente e de lutarem por sociedades inclusivas, pacíficas, democráticas e sustentáveis.



## APOIO TOTAL À UCRÂNIA

Confrontados com a turbulência da recuperação da pandemia de COVID-19, a guerra na Ucrânia, a emergência climática e a digitalização crescente, os delegados assumiram uma posição pró-ativa e reafirmaram a sua vontade de mobilizar e organizar uma educação pública de qualidade, em benefício dos alunos, assim como a necessária valorização de todos os profissionais da educação, elementos-chave para uma vida saudável e sociedades prósperas.

Os participantes foram recebidos pelo Ministro da Educação da região de língua alemã da Bélgica e pelos líderes das organizações belgas filiadas no CSEE. Por sua vez, Stefaan Hermans, Diretor de Estratégia e Avaliação Política na DG Educação, Juventude, Desporto e Cultura da Comissão Europeia, sublinhou a importância do diálogo social, consagrado no Tratado Europeu, que representa “um elemento fundamental das sociedades democráticas em que vivemos dentro”.

Stefan Hermans foi então acompanhado por Evelyne Léonard, professora da Louvain School of Management, na Bélgica, para um painel de discussão sobre como impulsionar o diálogo social para uma educação de qualidade. Para Léonard, “o diálogo social pode ser um divisor de águas” e “oferece uma oportunidade de inovação institucional para uma sociedade inclusiva e sustentável”.

O primeiro dia da Conferência Especial terminou com o lançamento oficial de uma exposição de cartazes de alguns sindicatos europeus e com a cerimónia do Prémio Kounka Damianova, ex-dirigente da Bulgária com uma vida dedicada à luta pela igualdade de género. Este prémio é atribuído a projetos e em 2022 foi entregue a duas dirigentes com um trabalho muito expressivo no apoio a crianças e jovens refugiados: Borka Visnic (do TUS da Sérvia) e Dorota Obidniak (do ZNP da Polónia).



À mesa com Christian Champendal (UNSA-França)



O documento de política educativa adotado sobre “Elevar o Estatuto e Melhorar a Atratividade da Profissão Docente” contém dez mensagens-chave para se melhorar o estatuto e a atratividade da profissão docente em todos os setores da educação. Um deles visa continuar a consciencializar sobre os desafios e barreiras que os jovens profissionais do ensino enfrentam no acesso ao mercado de trabalho e criar oportunidades para enfrentar esses desafios/barreiras, através da ação e participação nos sindicatos da educação.

Em seu discurso principal, Kristin Vanlommel, professora e membro do Grupo de Pesquisa Aprendizagem e Inovação da Universidade de Ciências Aplicadas em Utrecht, Holanda, fez uma excelente apresentação, sublinhando que “a digitalização é muito complexa e traz mudanças educacionais. Ela envolve diferentes atores, com diversas ideias sobre a direção da mudança e temos que ser muito ágeis a responder.”

Conectando-se à conferência via online, Georgiy Trukhanov, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação e Ciência da Ucrânia (TUESWU – com 1,7 milhões de sócios, incluindo 600 mil estudantes), explicou os recentes desenvolvimentos sobre a situação devastadora de professores e alunos no seu país e informou que o seu sindicato tinha feito um acordo com o Ministério da Educação ucraniano, que garantia a proibição de despedimento, a manutenção do salário médio e o direito de trabalhar remotamente a partir de outras regiões ou do exterior.

**Conectando-se à conferência via online, Georgiy Trukhanov, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação e Ciência da Ucrânia (TUESWU), explicou os recentes desenvolvimentos sobre a situação devastadora de professores e alunos**



Maribel Irueste (à esquerda) e Marisa Vico (UGT\_ES)

## REFORÇAR A EDUCAÇÃO E A SOLIDARIEDADE

Os delegados condenaram a invasão russa e deram todo o seu apoio à Ucrânia e ao seu povo heróico, aprovando por unanimidade a respetiva Resolução da conferência especial e aplaudindo de pé a presença e o discurso emocional de Olga Chabaniuk, Vice-Presidente do TUESWU. Professora de Economia na Universidade Nacional de Kiev, Olga Chabaniuk, então a viver na Áustria depois de passar pela Polónia, estava acompanhada de sua filha de 11 anos. Falando sobre cidadania e inclusão, Catherine Lowry-O'Neill, professora do Waterford Institute of Technology, na Irlanda, inspirou os participantes: “Segure seu sonho de democracia, paz e inclusão. Mantenha a chama da paixão, esperança e coragem acesa pelas crianças em suas salas de aula.”

Os palestrantes Matteo Vespa, Presidente da União dos Estudantes Europeus, e Ulrike Pisiotis, Diretora de Políticas da unidade escolar da DG Educação, Juventude, Desporto e Cultura da Comissão Europeia, debateram o tema sobre como “Enfrentar a mudança social na e através da educação com sustentabilidade ambiental”. Eles enfatizaram que “a qualificação e a requalificação são importantes quando falamos de sustentabilidade ambiental por meio da educação” e que “definitivamente houve progresso nos últimos anos em trazer a sustentabilidade ambiental para os sistemas de formação e educação”.

Dorota Obidniak agradece o prémio Kounka Damianova



Com a ucraniana Olga Chabaniuk e um colega da Hungria

Os dois delegados da FNE intervieram em vários pontos da conferência e aproveitaram a oportunidade para aprofundar e fortalecer os laços de solidariedade entre professores e trabalhadores europeus da educação.



**Os dois delegados da FNE intervieram em vários pontos da conferência e aproveitaram a oportunidade para aprofundar e fortalecer os laços de solidariedade entre professores e trabalhadores europeus da educação.**



## FNE E MGEN EM REUNIÃO PARA REFORÇO DE PARCERIA

A FNE reuniu a 11 de julho de 2022, no âmbito da sua parceria com a MGEN - uma das principais mútuas de saúde da Europa, para apresentação de um novo serviço adicional para doenças crónicas ou graves por parte da seguradora.

Amélia Cocquard e Clara Delgado foram as representantes da MGEN que apresentaram aos Sindicatos da FNE de Docentes e Não Docentes presentes na reunião o novo projeto associado ao também novo parceiro, a DENOS Medical Assistant.

Este novo acordo permitirá a oferta de acompanhamento personalizado, uma otimização médico-económica com o paciente e a integração da

tecnologia com esse apoio próximo, através da inovação e novos dispositivos terapêuticos.

Esta será a primeira experiência internacional deste projeto entre a MGEN e a DENOS para acompanhamento de doentes crónicos ou graves, sem ligação com a atual rede de prestadores, mas com potencialidades que podem vir a acrescentar valor como serviço para o paciente.

O serviço vai passar por uma fase experimental de um ano e será grátis durante esse período.

Mais informação disponível brevemente nos sites oficiais da FNE e da MGEN.



# DIPLOMAS PUBLICADOS EM DR DE 26 DE JUNHO A 25 DE JULHO DE 2022

[Lei nº 12/2022 - DR nº 122/2022,](#)  
[Série I de 2022-06-27](#)

*Assembleia da República*  
Orçamento do Estado para 2022.

[Regulamento nº 582/2022 - DR nº 123/2022,](#)  
[Série II de 2022-06-28](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Academia das Ciências de Lisboa*  
Aprova o Regulamento de Bolsas de Investigação.

[Deliberação nº 752/2022 - DR nº 123/2022,](#)  
[Série II de 2022-06-28](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior*  
Estabelece regras quanto à utilização de exames finais nacionais do ensino secundário, realizados na 2.ª fase de exames do ano letivo de 2021-2022, na candidatura ao ensino superior de 2022-2023.

[Recomendação nº 3/2022 - DR nº 124/2022,](#)  
[Série II de 2022-06-29](#)

*Educação - Conselho Nacional de Educação*  
O acolhimento de migrantes e a construção de uma escola mais inclusiva.

[Recomendação nº 4/2022 - DR nº 124/2022,](#)  
[Série II de 2022-06-29](#)

*Educação - Conselho Nacional de Educação*  
Participação dos jovens no ensino superior.

[Decreto-Lei nº 42-A/2022 - DR nº 125/2022,](#)  
[1º Suplemento, Série I de 2022-06-30](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*  
Altera as medidas aplicáveis no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

[Resolução do Conselho de Ministros](#)  
[nº 51-A/2022 - DR nº 125/2022,](#)  
[1º Suplemento, Série I de 2022-06-30](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*  
Prorroga a declaração da situação de alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

[Despacho nº 8022-A/2022 - DR nº 125/2022,](#)  
[1º Suplemento, Série II de 2022-06-30](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete da Ministra*  
Determina as orientações para a fixação de vagas para o concurso nacional de acesso e concursos locais de acesso no ano letivo de 2022-2023.

[Despacho nº 8022-B/2022 - DR nº 125/2022,](#)  
[1º Suplemento, Série II de 2022-06-30](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete da Ministra*  
Estabelece, para o ano letivo de 2022/2023, as vagas para ingresso nos ciclos de estudos de licenciatura e integrados de mestrado em cada par instituição/ciclo de estudos, através de concursos especiais para acesso e ingresso no ensino superior e dos concursos de mudança de curso e de transferência para o 1.º ano curricular.

[Decreto Regulamentar nº 2/2022](#)  
[DR nº 130/2022, Série I de 2022-07-07](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*  
Regulamenta a atualização extraordinária das pensões prevista na Lei do Orçamento do Estado de 2022.

[Despacho nº 8287/2022 - DR nº 130/2022,](#)  
[Série II de 2022-07-07](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete da Ministra*  
Aditamento ao Despacho nº 7053/2022, publicado no DR, 2.ª série, nº 107, de 2 de junho de 2022, relativo à composição do Gabinete da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

[Despacho nº 8350/2022 - DR nº 131/2022,](#)  
[Série II de 2022-07-08](#)

*Finanças e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinetes do Ministro das Finanças e da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior*  
Delegação de competências nos órgãos de direção das instituições de ensino superior.



[Despacho nº 8355/2022 - DR nº 131/2022,](#)  
[Série II de 2022-07-08](#)

*Educação - Gabinete do Ministro*

Nomeação da presidente do conselho de administração da Caixa de Previdência do Ministério da Educação para o triénio 2022-2024.

[Despacho nº 8356/2022 - DR nº 131/2022,](#)  
[Série II de 2022-07-08](#)

*Educação - Gabinete do Ministro*

Aprova o calendário escolar, para os anos letivos de 2022-2023 e de 2023-2024, dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, dos estabelecimentos particulares de ensino especial, bem como o calendário de provas e exames.

[Decreto-Lei nº 48/2022 - DR nº 133/2022,](#)  
[Série I de 2022-07-12](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*

Aprova medidas excecionais e temporárias para a satisfação de necessidades de recrutamento de docentes para o ano escolar de 2022-2023.

[Parecer nº 4/2022-- DR nº 133/2022,](#)  
[Série II de 2022-07-12](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior*

Esclarecimento relativo à Deliberação nº 1043/2021, de 13 de outubro. [regras relativas à utilização dos exames finais nacionais do ensino secundário como provas de ingresso.]

[Despacho nº 8564-A/2022-- DR nº 133/2022,](#)  
[2º Suplemento, Série II de 2022-07-12](#)

*Finanças - Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais*

Aprova as alterações às tabelas de retenção na fonte, que se encontram em vigor para o continente no ano de 2022, relativamente aos rendimentos de trabalho pagos ou colocados à disposição a partir de 1 de julho de 2022.

[Aviso nº 13993-A/2022-- DR nº 134/2022,](#)  
[2º Suplemento, Série II de 2022-07-13](#)

*Educação - Direção-Geral da Administração Escolar*

Alteração do aviso de abertura do procedimento concursal de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário para o ano escolar de 2022-2023.

[Declaração de Retificação nº 629-A/2022](#)  
[DR nº 135/2022, 1º Suplemento,](#)  
[Série II de 2022-07-14](#)

*Finanças - Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais*

Retifica o Despacho nº 8564-A/2022, publicado no DR, 2.ª série, nº 133, 2.º suplemento, de 12 de julho de 2022 [alterações às tabelas de retenção na fonte]

[Portaria nº 182/2022 - DR nº 136/2022,](#)  
[Série I de 2022-07-15](#)

*Finanças e Educação*

Procede à segunda alteração da Portaria nº 224-A/2015, de 29 de julho, que define o regime de concessão do apoio financeiro por parte do Estado às entidades titulares de autorização de funcionamento de estabelecimentos de ensino artístico especializado.



[Deliberação nº 797/2022-- DR nº 136/2022,](#)  
[Série II de 2022-07-15](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior*  
 Estabelece condições relativas à candidatura dos titulares dos cursos de dupla certificação de nível secundário e cursos artísticos especializados aos ciclos de estudo de licenciatura e de mestrado integrado.

[Despacho nº 8710/2022-- DR nº 136/2022,](#)  
[Série II de 2022-07-15](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior*  
 Aprova os prazos em que devem ser praticados os atos a que se refere o Decreto-Lei nº 393-A/99, de 2 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 272/2009, de 1 de outubro, para acesso e ingresso no ensino superior, no ano letivo de 2022-2023, através dos regimes especiais.

[Despacho nº 8740/2022-- DR nº 137/2022,](#)  
[Série II de 2022-07-18](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior*  
 Aprova o calendário da candidatura aos concursos especiais para titulares dos cursos de dupla certificação de nível secundário e cursos artísticos especializados para a matrícula e inscrição no ano letivo de 2022-2023 em instituições de ensino superior públicas.

[Portaria nº 183-A/2022 - DR nº 139/2022,](#)  
[1º Suplemento, Série I de 2022-07-20](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior*  
 Regulamento Geral dos Concursos Institucionais para Ingresso nos Cursos Ministrados em Estabelecimentos de Ensino Superior Privado para a Matrícula e Inscrição no Ano Letivo de 2022-2023.

[Portaria nº 183-B/2022-- DR nº 139/2022,](#)  
[1º Suplemento, Série I de 2022-07-20](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior*  
 Regulamento do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público para a Matrícula e Inscrição no Ano Letivo de 2022-2023.

[Despacho nº 8894-B/2022-- DR nº 139/2022,](#)  
[1º Suplemento, Série II de 2022-07-20](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior*  
 Aprova o calendário de ações do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público para a Matrícula e Inscrição no Ano Letivo de 2022-2023.

[Despacho nº 8915/2022-- DR nº 140/2022,](#)  
[Série II de 2022-07-21](#)

*Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P.*

Extinção dos Centros Qualifica de acordo com a Portaria nº 62/2022, de 31 de janeiro, que procede à regulação da criação e o regime de organização e funcionamento dos centros especializados em qualificação de adultos.

[Resolução do Conselho de Ministros](#)  
[nº 66/2022 - DR nº 141/2022,](#)  
[Série I de 2022-07-22](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*  
 Prorroga as ações específicas do Plano 21|23 Escola+. [plano integrado para a recuperação das aprendizagens]



+vantagens fne

Há +vantagens em ser associado(a)  
dos sindicatos da FNE

Clique aqui para consultar os protocolos

**COMBATER A  
INFLAÇÃO!  
AUMENTAR  
SALÁRIOS,  
JÁ**